



ENTRE RIOS, FLORESTAS, DIREITOS HUMANOS, INTERCULTURALIDADE E CIDADANIA GLOBAL NA HINTERLÂNDIA AMAZÔNICA

Maria Isabel de Araújo¹
Silas Garcia Aquino de Sousa²

Resumo: Os direitos de primeira segunda e terceira geração na hinterlândia amazônica, não são apenas civis, políticos, sociais, são também territoriais, culturais e ambientais. Nessa perspectiva este trabalho analisa os direitos humanos, à luz da perspectiva da interculturalidade e a cidadania global no contexto das comunidades amazônicas, compreendendo-as como espaço de sustentabilidade socioeconômica, ambiental e cultural. Assim, a luta por direitos na Amazônia é também a luta contra o poder do colonialismo sobre o saber tradicional, partindo da premissa de que a Amazônia não é apenas um repositório de biodiversidade, mas sim, espaço de disputas econômicas, políticas e epistemológicas no qual se entrecruzam saberes tradicional e demandas globais, construídas de forma coletiva e dialógica, como no sistema de trabalho coletivo em regime de ajuri. A metodologia foi do método dedutivo, quanto aos meios, pesquisa bibliográfica e, quanto aos fins, qualitativa. Constatou-se nos resultados que as comunidades exercem papel fundamental na construção de alternativas sustentáveis e de novos paradigmas de convivência cultural, baseado na interculturalidade. Conclui-se que os desafios regionais transcendem a lógica desenvolvimentista, demandando políticas públicas participativas, reconhecimento da pluralidade dos modos de vida de bem viver como condição para a efetivação da justiça socioambiental.

Palavras-chave: Amazônia. Cidadania. Economia solidária. Saberes tradicionais

¹Maria Isabel de Araújo (📞 6344610451668808) Universidade Federal do Amazonas, PPGCASA/UFAM. Manaus, AM, Brasil. e-mail: mbelaraujo@gmail.com

²Silas Garcia Aquino de Sousa (📞 6564231660530414). Embrapa Amazônia Ocidental. Manaus, AM, Brasil.

© Este trabalho integra a obra: "XXXXXX", publicado pela XXXXX em 2025, disponível para acesso gratuito em: www.xxxx.com.br





INTRODUÇÃO

No espaço território da hinterlândia amazônica, revelam-se na paisagem uma complexa teia de coexistência de diferentes culturas de povos que ocupam florestas e rios, constituem-se, em espaço vital para se pensar a relação entre humanidade e natureza, cujas identidades, saberes e diversidades culturais, coexistem em diferentes modos de vida, cosmologias e práticas socioeconômicas que desafiam os modelos hegemônicos de desenvolvimento. Mais do que um recorte espacial, a hinterlândia amazônica deve ser compreendida como territórios de inovações sociais, práticas sustentáveis e campo político onde se articulam resistências e resiliências. Nesse viés, a maior floresta tropical amazônica de relevância ecológica é um território de múltiplas culturas e modos de vida e bem viver, que resistem à lógica hegemônica da exploração humana sobre a natureza.

A hinterlândia amazônica é o espaço menos visível nos centros de decisão das políticas públicas sociais, constituindo-se de um laboratório vivo de experiências e práticas de vivências, conectando a dimensão de direitos humanos, a interculturalidade e a cidadania global no espaço território local. Nesse cenário, emerge a necessidade de se refletir como as práticas comunitárias e interculturais contribuem para a construção de uma cidadania local e global para a consolidação dos direitos humanos.

Objetivou-se no presente trabalho refletir de que maneira as práticas sociais, culturais e econômicas desenvolvidas pelas populações da hinterlândia amazônica podem ser compreendidas como expressões de interculturalidade, de afirmação de direitos humanos e de exercício de uma cidadania global, evidenciando seus desafios e potencialidades frente às dinâmicas de desigualdade e dominação global, no contexto das comunidades amazônicas, compreendendo-as como espaço de pertencimento, sustentabilidade socioambiental e cultural. Assim, a luta por direitos humanos na Amazônia é também a luta contra o colonialismo sobre o saber tradicional, partindo da premissa de que a hinterlândia amazônica não é apenas um repositório de biodiversidade, mas sim, um espaço de disputas econômicas, políticas e epistemológicas, no qual se entrecruzam saberes tradicionais e demandas globais.

Segundo Santos (2010, p. 462) “Temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. A pesquisa parte da premissa de que a Amazônia vai além de um repositório de biodiversidade; é um território vivo de disputas econômicas, políticas e epistemológicas. Nessa perspectiva, se entrelaçam saberes tradicionais, lutas por direitos e as pressões de interesses global. A região se revela como um espaço estratégico e simbólico, em constante tensão. Nesse sentido, ao delimitarmos o estudo da interculturalidade, direitos humanos e cidadania global, também nos deparamos com uma preocupação similar, por isso estabeleceu-se a seguinte problemática: como a interculturalidade, os direitos humanos e a cidadania global podem ser compreendidos e efetivados em um contexto marcado pela diversidade cultural, pelas desigualdades socioeconômicas e pelas pressões globais sobre os recursos naturais amazônico.

Para tanto, parte-se da hipótese de que a economia solidária e a educação ambiental, revelados pelo modo de agir coletivamente, expressado pelo do trabalho coletivo, social, solidário, em regime de ajuri, como discorre (Araújo, 2019, p. 8), podem atuar como estratégicos transmissores na construção de novas formas de cidadania e de justiça socioambiental.





METODOLOGIA

O estudo adota a metodologia do método dedutivo, quanto aos meios, pesquisa bibliográfica, com base na leitura de artigos de autores que abordam a temática e a análise crítica das práticas de economia solidária e educação ambiental expressado pelo trabalho em regime de ajuri, quanto aos fins, qualitativa de caráter exploratório, sustentada em três eixos principais: - 1 Revisão bibliográfica: levantamento de produções acadêmicas sobre interculturalidade, direitos humanos e cidadania global, com especial atenção aos contextos amazônico que tangenciam o tema, com o propósito de oferecer maior aporte teórico-científico ao estudo; - 2 Análise documental: consulta aos resultados de pesquisa publicados sobre a economia solidária e a educação ambiental, revelados pelo modo de agir coletivamente, expressado pelo do trabalho coletivo, social, solidário, em regime de ajuri, como discorre (Araujo, 2019, p.8); - 3 Reflexão crítica: articulação entre teoria e prática sobre a construção social do mundo moderno, segundo Leff (2006) A ação humana conduz a convergência entre natureza, cultura e tecnologia, inaugurando uma nova ordem planetária.

Destacando experiências comunitárias na hinterlândia amazônica como campo privilegiado de análise. Estas abordagens metodológicas buscam valorizar a pluralidade de vozes e reconhecer o caráter político e epistêmico da produção de conhecimento na região, a partir de diferentes referenciais teóricos, considerando os autores clássicos e contemporâneos. Essa perspectiva permite a análise integrada entre práticas locais e dinâmicas globais, sem perder de vista a complexidade histórica, cultural e socioambiental que caracterizam a hinterlândia amazônica. O trabalho está ancorado nas práticas coletivas do trabalho em regime de ajuri, tradição solidária presente na agricultura familiar do estado do Amazonas, que fortalece a cooperação comunitária e a construção coletiva do conhecimento agroecológico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em diferentes teorias, a discussão sobre interculturalidade, direitos humanos e cidadania global encontra suporte em Morin (2001) que destaca a necessidade de uma cidadania planetária que reconheça a interdependência dos povos e a complexidade da vida em sociedade. Sachs (2002) e Shiva (2005) ressaltam no contraponto que a ordem econômica global sustenta desigualdades históricas entre países industrializados e não industrializados, perpetuando modelos de desenvolvimento que impactam de forma desproporcional regiões periféricas como a Amazônia.

Como esclarece Boaventura de Sousa Santos (2010) que amplia esse debate ao denunciar a colonialidade do poder e a exclusão sistemática de saberes não ocidentais, propondo uma ecologia de saberes como alternativa. Leff (2006), por sua vez, contribui ao refletir sobre a racionalidade ambiental e a necessidade de superar a lógica instrumental da economia em prol de uma racionalidade que valorize a diversidade cultural e ecológica. Neste contraponto, para a construção de uma verdadeira sociedade planetária exige uma transformação profunda na ordem econômica mundial. Como argumenta Edgar Morin (2001), não há possibilidade de civilização sustentável sem repensar os modelos que orientam nossas formas de viver e consumir.

O atual sistema global mantém desigualdades históricas entre países industrializados e não industrializados, perpetuando padrões de consumo excludentes





(Sachs, 2002; Shiva, 2005). Essas dinâmicas de dominação, descritas por Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 73) como expressão da "colonialidade do poder", não apenas limitam a emancipação social de inúmeros povos, mas também estão entre as principais causas da degradação ambiental planetária (Leff, 2006). Assim, romper com tais estruturas não é apenas uma necessidade econômica, mas uma urgência civilizatória, capaz de reorientar a relação da humanidade com o planeta e com as futuras gerações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise realizada nos permite compreender que a hinterlândia amazônica é um espaço território de grande resistência, onde práticas comunitárias reafirmam a importância da interculturalidade e da solidariedade como bases para a sobrevivência, a exemplo do trabalho coletivo e solidário em regime de ajuri. Como discorre Isabel Araújo (2019) sobre a prática de trabalho coletivo denominada de ajuri, utilizada como estratégia de produção, existência e de resistência nos territórios, constitui-se um espaço de interdependência que fortalece a vivência comunitária no meio rural amazônico, articulando dimensões sociais, econômicas, políticas e espirituais. (Araújo, 2019, p. 8).

Neste contexto, por exemplo, a economia solidária, fortalece os modos dos que produzem a vida e o bem viver local, ao mesmo tempo em que criam pontes com o debate global sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade regional. Assim, no território da hinterlândia amazônica, o reconhecimento dos direitos humanos precisa incorporar a dimensão socioeconômica e ambiental, uma vez que a degradação da floresta ameaça diretamente a vida das populações locais. Entretanto, persistem desafios relacionados à pressão de políticas desenvolvimentistas e à falta de políticas públicas adequadas que considerem a pluralidade cultural e territorial que se apresentam na hinterlândia amazônica deve ser compreendida como laboratório vivo de alternativas à crise civilizatória contemporânea.

Observa-se que a economia solidária vem desempenhando um importante papel na geração de renda, inclusão social e valorização de modos de vida tradicionais, resistindo à lógica do extrativismo predatório. Por outro lado, a educação ambiental, promove não apenas a conscientização ecológica, mas também a formação política, capacitando as comunidades de reivindicar direitos e a construir autonomia, indicando que as discussões e a aplicação da interculturalidade dos direitos humanos territorializados e da cidadania global na hinterlândia amazônica tem potencial para redefinir paradigmas globais. Enquanto a ONU (Organização das Nações Unidas) debate estratégias de mitigação climática, comunidades amazônicas já praticam cotidianamente modos de vida sustentáveis que preservam a floresta. A implicação mais ampla é que a Amazônia não deve ser vista como periferia colonial a ser desenvolvida, mas como epicentro de inovação socioambiental para o planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a hinterlândia amazônica não deve ser compreendida apenas como um espaço periférico nos mapas da economia global, mas sim como um território estratégico e simbólico para a construção de novas formas de cidadania enraizadas na justiça socioambiental, na valorização da sociobiodiversidade e no reconhecimento da interculturalidade. Entre as práticas que expressam essa potência territorial, destaca-se o





ajuri, forma tradicional de trabalho coletivo presente entre os povos da floresta. Mais do que uma simples estratégia de cooperação produtiva, o ajuri representa um modo de organização social que valoriza o diálogo, o respeito mútuo e a construção coletiva de soluções para os desafios comuns.

O ajuri opera como prática pedagógica e política, onde se aprende a viver em comunidade, a compartilhar responsabilidades e a cuidar do território. Ele se constitui como uma expressão concreta do exercício da cidadania em contextos amazônicos, promovendo vínculos entre cultura, natureza e política. Ao reunir diferentes saberes e experiências em torno do bem comum, o ajuri torna-se instrumento vivo de justiça socioambiental, revelando que os direitos humanos, na Amazônia, só se realizam plenamente quando incorporam as dimensões territoriais e ecológicas.

A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental apoiar políticas públicas que reconheçam e fortaleçam práticas coletivas como o ajuri, além de fomentar iniciativas de economia solidária, educação ambiental crítica e gestão comunitária dos bens comuns. Tais iniciativas devem assegurar a participação ativa das comunidades locais na formulação, implementação e avaliação de projetos, respeitando suas cosmovisões, seus tempos e seus modos de vida.

A hinterlândia amazônica é, portanto, muito mais do que um espaço geográfico: é um lugar de humanidade no planeta, onde resistem e florescem formas de viver que desafiam os paradigmas individualistas e predatórios da modernidade. Reafirma-se, assim, que o futuro da humanidade depende da valorização da Amazônia não como fronteira de exploração, mas como território de diálogo intercultural, justiça socioambiental e exercício pleno da cidadania planetária. E essa construção só será possível quando os resultados forem produzidos de forma coletiva e dialógica como o trabalho em ajuri, valorizando a solidariedade e a reflexão compartilhada sobre os destinos comuns da Terra.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Isabel de. **AJURI**: O saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico. 2019. 240 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - IFCHS - Universidade Federal do Amazonas - Manaus (AM), 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7458> . Acesso em: 05 set, 2025.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. S.P: Cortez, 2001.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos CEBRAP, n. 79, p. 71-94, 2007.

SHIVA, Vandana. **Earth democracy**: justice, sustainability, and peace. London: Zed Books, 2005.

